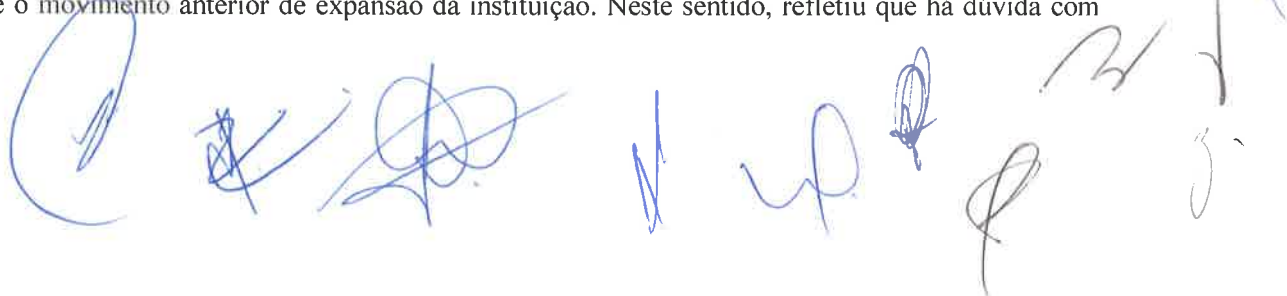
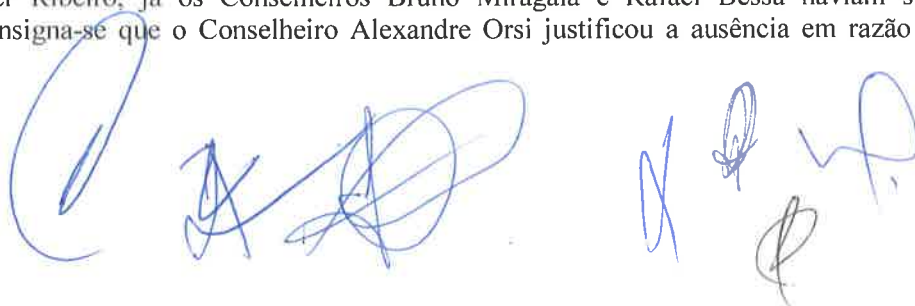


ATA DA 63ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2012/2014

Aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e quatorze, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Primeiro Subdefensor Público-Geral do Estado, Renato Campos Pinto De Vitto. Presentes os (as) Conselheiros (as): Bruno Ricardo Miragaia Souza, Denise Nakano Veronezi, Fabiana Botelho Zapata, Franciane de Fátima Marques, Juliana Saad, Luciano Alencar Negrão Caserta, Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Marcia Regina Garutti, Rafael Bessa Yamamura, Rafael Valle Vernaschi, Representando a Ouvidoria Geral, Rafael Negreiros Dantas Lima e Representando a Apadep, Bruno Diaz Napolitano. Ausente injustificadamente José Moacyr Doretto Nascimento. O Presidente iniciou a sessão as 09h40min, justificando a ausência da Defensora Pública Geral em razão de compromissos assumidos. Agradeceu a presença dos Conselheiros eleitos (biênio 2014-2016), a fim de iniciar a discussão sobre a distribuição dos novos cargos de Defensores Públicos. Parabenizou o Defensor Rafael Vernaschi pela nomeação ao cargo de Defensor Público-Geral do Estado. Comunicou que, nesta semana, houve o início do processo de transição entre as equipes de gestão, desejando sorte à nova equipe. Convidou os Defensores Públicos a participarem de um evento promovido pelo Ministério de Justiça, Tribunal de Justiça do Estado e a Defensoria Pública sobre a apresentação de uma pesquisa formulada pela Escola de Direito da FGV-RJ, que trata dos habeas corpus propostos perante os Tribunais Superiores. Apontou que a pesquisa foi feita levando em conta a atuação da Defensoria paulista, neste sentido, informou que o evento será realizado na próxima sexta-feira às 9h, no Salão do Júri do Palácio da Justiça. Não havendo mais comunicações da Presidência, passaram-se as Comunicações da Secretaria. Justificou a ausência do Conselheiro José Moacyr. Não havendo mais comunicações da Secretaria do Conselho, passou-se ao momento aberto. O Presidente franqueou a palavra ao Defensor Público Antônio Machado Neto, Unidade Franca. Ele mostrou a dificuldade de atuação em sua unidade, e considerou que a proposta de destinação de três cargos, para atuação nas Varas Singulares e Tribunal do Júri, é insuficiente para expandir a Unidade, podendo gerar pautas duplas. Analisou que deveria ter aumento na quantidade de Defensores para a área cível, pois, com reforço de mais cargos de Defensores, seria possível atuar em outras áreas, como em demandas sensíveis ou em tutela coletiva. Apontou que a Defensoria em Franca tem pouco destaque social por falta de atuação mais ativa no campo político, e, em decorrência disso, o Defensor não consegue ser, realmente, um agente político. Ressaltou que a cidade de Franca tem população que possui muitas famílias de baixa renda, o que faz a Defensoria na cidade atender mais de 100 pessoas por dia. Contudo, pediu atenção ao fato de que a área cível poderia ficar prejudicada caso o reforço seja apenas para a área criminal, uma vez que, tendo em vista o projeto de atendimento a presos provisórios, esses Defensores não poderiam auxiliar no atendimento inicial. O Presidente esclareceu que a proposta elaborada não exaure as dificuldades de todas as Unidades. Citou que a expansão na área cível é necessária em muitos locais. Apontou que houve dificuldade em estabelecer critérios objetivos que pudessem nortear um maior avanço nessa atuação e ressaltou os parâmetros utilizados para sua elaboração: absorção e casos assumidos, potencial de aumento de absorção de demanda e relação defensoria por domicílio com renda de até três salários mínimos. Apontou que a conjugação desses critérios favoreceria um crescimento ordenado da Defensoria, sem promover diferenças substanciais entre Unidades. Observou que a possibilidade de autorização de provisionamentos de casos do Tribunal do Júri não deve ser excluída. Após, franqueou a palavra à Defensora Fernanda Costa Teixeira da Unidade Franco da Rocha. Ela pediu atenção com relação à Unidade Franco da Rocha, onde atua, pois, apesar da previsão de atuação nessa cidade, os Defensores estão com atuação exclusiva em Bragança Paulista e Atibaia. O Presidente apontou que a proposta apresentada ao Conselho Superior prevê a criação da Unidade Bragança, com o destacamento de atribuições de Bragança e Atibaia para um novo cargo. Observou que a criação dessa nova Unidade é prevista desde o movimento anterior de expansão da instituição. Neste sentido, refletiu que há dúvida com



relação à eventual alteração de atribuições, sem que haja concurso de remoção aberto aos demais Defensores, apontando que tal questão deve ser avaliada. A seguir, franqueou à palavra para a Defensora Patricia Moraes, Unidade Varas Singulares. Ela informou que foi realizada uma reunião entre Defensores que atuam na unidade visando discutir sobre as necessidades locais. Relatou que o principal problema é a ocorrência de pautas duplas, que dificulta o trabalho de Defensores e causa prejuízos aos assistidos. Solicitou que a questão seja tratada de forma institucional, sem soluções provisórias ou caseiras. Reconheceu que a Unidade Varas Singulares já esteve em situação pior, mas que ainda hoje passa por um momento ruim. No entanto, entendeu que há limitações com relação à quantidade de cargos, mas sugeriu que melhorias fossem promovidas. O Presidente apontou que a Administração Superior tem ciência dos problemas e é sensível a eles. Relembrou que a Unidade Varas Singulares foi beneficiada com 16 novos cargos de Defensores por ocasião do penúltimo movimento de expansão. Observou que o problema de substituições atinge todas as Unidades, cabendo à próxima gestão escolher quais são as prioridades para reforços. Não havendo mais inscritos ao momento aberto, passou-se as manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. O Representante da Ouvidoria Geral, Rafael Negreiros enalteceu o trabalho realizado pela Ouvidoria que, segundo ele, é de importante relevância social. Externou elogios a gestão de Luciana Zaffalon à frente do órgão, que contribuiu para consolidar o modelo de Ouvidoria externa em todo o País, além de parabenizar o próximo Ouvidor-Geral, Alderon Costa. Mostrou preocupação que nos próximos dias poderiam ocorrer diversas manifestações contrárias à realização da Copa do Mundo, o que deverá gerar, em contrapartida, respostas e atuação estatal. Sugeriu que a Defensoria esteja preparada para atuar em favor dos manifestantes, além de pensar em uma atuação estratégica, visando garantir os direitos de manifestantes e comerciantes ambulantes. O Conselheiro Luciano Caserta mencionou ser do processo que trata do tema, e abordou que a ONG Conectas de Direitos Humanos elaborou proposta neste sentido, contudo, afirmou que não haverá tempo hábil para apresentação do voto em seu mandato no Conselho Superior, mas que os próximos Conselheiros deverão fazê-lo com brevidade. O Presidente informou que os Núcleos Especializados de Situação Carcerária e de Cidadania e Direitos Humanos já foram instados a articularem um projeto de atuação estratégica. Relatou que o projeto do Tribunal de Justiça em criar a chamada “Justiça Expressa” não prosperou. O Conselheiro Luciano Caserta pontuou que a Defensoria Geral deverá definir quais serão as atividades institucionais nos dias da Copa, uma vez que, de acordo com o calendário do Tribunal de Justiça, não haverá expediente forense no dia de abertura da Copa, além de funcionamento até meio-dia nos demais dias de jogos. O Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti indagou se houve alguma conversa com o Tribunal de Justiça com relação aos dias cujo expediente será de meio período, que provavelmente não contarão com Plantão Judiciário. O Presidente informou que o calendário do Tribunal de Justiça foi divulgado recentemente e, desde então, não houve novas informações. Não havendo mais manifestações dos Conselheiros, passou-se a ordem do dia. O Presidente iniciou chamando para discussão o processo CSDP nº 216/14. Interessada: Edepe. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento “Panacéia universal ou remédio constitucional, Habeas Corpus nos Tribunais Superiores”, a ser realizado no dia 16 de maio de 2014. Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. A relatora leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento dos interessados, nos termos de como foi pleiteado pela Edepe. O Presidente encaminhou para votação, no qual foi aprovado por unanimidade. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, deferir o afastamento dos/as Defensores/as Públicos/as: Pedro Antonio de Avellar, Valéria Corrêa Silva Ferreira, Yanko Oliveira Carvalho Bruno, Livia Correia Tinoco e Saulo Dutra de Oliveira. CSDP nº 210/14. Interessada: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Proposta de fixação do padrão de lotação e atribuições para a distribuição dos novos cargos de Defensores Públicos. Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Presidente registrou a presença dos Conselheiros Eleitos do biênio 2014-2016, sendo eles: Augusto Guilherme, Horacio Xavier, Luis Eduardo de Toledo, Pedro Avellar e Wagner Ribeiro, já os Conselheiros Bruno Miragaia e Rafael Bessa haviam sido reconduzidos. Consigna-se que o Conselheiro Alexandre Orsi justificou a ausência em razão de



licença paternidade. O Presidente retomou a discussão acerca da proposta de distribuição de cargos, após as manifestações colhidas pela Primeira Subdefensoria, no período de consulta pública, que foi encerrada na última segunda-feira. Após a explanação do material elaborado, o Presidente abriu a palavra aos Conselheiros para manifestações, e após esclarecimentos, franqueou a palavra à Conselheira Juliana Saad para proferir o parecer elaborado como relatora dos autos. A Conselheira Juliana Saad informou que foram feitas algumas alterações pontuais na proposta inicial, e citou a destinação de um cargo para os seguintes locais: a) Unidade Registro; b) Área Criminal da Unidade São Carlos; c) Área da Infância e Juventude da Unidade São José dos Campos; d) Área da Infância e Juventude da Unidade São Bernardo do Campo; e) Área Cível/Família na Unidade Carapicuíba; e, f) Área Infância e Juventude na Unidade São José dos Campos. Justificou que, neste momento, não receberiam reforços as Unidades de Santo André e Vila Prudente, bem como não seriam providos cargos para atuação no Tribunal do Júri de Santana, além da extinção da Unidade DIPO. O Presidente sugeriu que a nova gestão estabelecesse um cronograma de discussões, visando deliberarem a distribuição dos cargos, antes da realização do concurso de remoção, a fim de oferecer um prazo razoável para que os novos Defensores conheçam as vagas que serão disponibilizadas. O Conselheiro Rafael Vernaschi considerou que a prorrogação das discussões acerca da distribuição de cargos foi uma decisão acertada, no âmbito do Conselho Superior. Avaliou a possibilidade de avançar nas discussões acerca da distribuição de cargos, diante do trabalho realizado pela Primeira Subdefensoria e o parecer da Conselheira Juliana Saad. Informou que a nova equipe da administração empenhará esforços para analisar o material, considerando ser necessário um amadurecimento e retificações pontuais. Por fim, mostrou a necessidade de consultar a Edepe com relação ao período do curso de formação, antes de fixar-se um calendário. Após, se comprometeu em construir um calendário que será apresentado na próxima semana. O Conselheiro Luciano Caserta sugeriu a convocação dos Conselheiros Eleitos nas próximas sessões do Colegiado, e aproveitou o ensejo para tecer considerações sobre a distribuição de cargos. Registrou que apenas um Defensor mostrou descontentamento ao envio de cargo para a Unidade, contrariamente dos demais Defensores da Unidade que foram favoráveis ao recebimento. Sugeriu o envio de dois cargos de Defensores para a Unidade Registro, que conta com três Defensores e a proposta previa apenas um cargo. Sugeriu ainda que fosse estabelecido um piso de seis Defensores por Unidade. A Conselheira Juliana Saad ponderou que a Unidade Registro existe uma situação peculiar envolvendo atribuições de Defensores, o que justificou a destinação após verificação. O Conselheiro Luciano Caserta mostrou contrariedade à abertura de novas unidades, e sugeriu que fosse ocorrida no próximo processo de expansão. A Conselheira Juliana Saad informou que a atual gestão defendia a abertura de unidades em maior número de comarcas possíveis, e pontuou que a próxima administração e o novo biênio do Conselho poderão discutir sobre as premissas do próximo projeto de expansão. O Presidente complementou que a expansão da instituição em outras cidades é fundamental, além da necessidade de reforço nas unidades já instaladas, e considerou ser um erro estratégico se a Defensoria trabalhasse apenas na perspectiva de reforço. O Conselheiro Luciano Caserta, por fim, sugeriu a destinação de mais cargos para a Unidade Itaquera, diante do robusto número de atendimentos realizados no local, além de absorverem o segundo atendimento. Após, o Presidente franqueou a palavra aos Conselheiros Eleitos, presentes à sessão. O Defensor Wagner Ribeiro registrou que seria difícil se apropriar dos detalhes do processo sem ter participado das discussões previamente. Pediu que, se caso o debate prosseguisse na próxima semana, que houvesse a designação dos Conselheiros eleitos para acompanhar as discussões. O Presidente solicitou que a Secretaria do Conselho encaminhasse aos Conselheiros Eleitos o material atinente ao processo. A Secretaria do Conselho informou ter encaminhado ao e-mail institucional dos Conselheiros do biênio 2012-2014 e também do biênio 2014-2016. O Defensor Pedro Avellar considerou ser atribuição da Defensoria Geral a fixação do padrão de lotação, cabendo ao Conselho apenas fixar as premissas para distribuição dos cargos. Entretanto, defendeu a priorização da área da Infância e Juventude, diante do critério legal previsto em Deliberação. O Defensor Horacio Xavier acompanhou a fala do Defensor Pedro Avellar com relação à priorização da área da Infância e


6

3

Juventude na distribuição de cargos, e apontou que havia manifestações neste sentido. Contudo, manifestou que, no próximo processo de expansão, seja fortalecida a área cível/fazenda pública. O Presidente pontuou que atualmente a Defensoria conta com sessenta por cento de seus cargos lotados na área cível, mas registrou que em momento algum a atual administração teve a intenção de beneficiar o atendimento criminal em prejuízo do atendimento cível. A Conselheira Juliana Saad reforçou que a dentre as atribuições fixadas pelo Conselho Superior a maior atuação é cível/família/fazenda pública, e considerou a importância de analisar o que é feito por cada Defensoria antes do provimento de mais cargos. Por fim, o Presidente agradeceu a presença dos Conselheiros eleitos e dos demais presentes. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 372ª Sessão Ordinária, a ser realizada em 16 de maio de 2014. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos quinze dias do mês de maio do ano de 2014.



Renato Campos Pinto De Vitto
Presidente



Denise Nakano Veronezi
Conselheiro



Bruno Ricardo Miragaia Souza
Conselheiro




Franciane de Fátima Marques
Conselheira



Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva
Conselheiro



Rafael Bessa Yamamura
Conselheiro



Rafael Moraes Portugues de Souza
Representante da Apadep



Marcia Regina Garutti
Conselheira




Juliana Saad
Conselheira



Fabiana Botelho Zapata
Conselheira



Luciano Alencar Negrão Caserta
Conselheiro



Rafael Negreiros Dantas Lima
Representante da Ouvidoria Geral



Rafael Valle Vernaschi
Conselheiro